

Delfim Netto queria desindexar

por Walter Marques
de Brasília

"Essas medidas são absolutamente necessárias, mas não são suficientes" ou "essas medidas são absolutamente necessárias, mas não esgotam toda a necessidade" são as versões da resposta que o ministro Delfim Netto deu ontem aos líderes e vice-líderes do PDS quando eles perguntaram se o pacote era "suficiente para salvar o País da crise". Para tornar o pacote totalmente eficaz, seria necessário desindexar também os salários, explicou o ministro.

A primeira versão é do deputado Prisco Viana, secretário geral do PDS, e a segunda, do senador José Lins, vice-líder do governo no Senado, que relataram o encontro do ministro com as lideranças governistas, no Palácio do Planalto.

Segundo Prisco Viana,

depois da exposição feita pelo ministro Delfim Netto, que estava acompanhado do ministro Ernane Galvão e do secretário geral da Seplan, Flávio Pécora, os parlamentares afirmaram que aquelas medidas, por mais duras e amargas que fossem, teriam o integral apoio das lideranças pedessistas no Congresso Nacional. Contudo, os políticos, para melhor orientar este trabalho de esclarecimento da opinião pública, indagaram do ministro se as decisões contidas no pacote eram "suficientes para salvar o País" em meio à crise econômica que atravessa.

PALIDEZ

Conforme Prisco Viana, além de responder negativamente, Delfim Netto — que, segundo o deputado, estava pálido e oferecia aos visitantes um semblante desanimado — disse que estava faltando apenas



Prisco Viana

uma decisão que seria capaz de resolver todos os problemas, mas que ela era politicamente inviável no momento: a liberação da negociação direta dos reajustes salariais. Conforme o deputado, o ministro argumentou que ali entre os parlamentares havia constatado muitas resistências a negociação direta dos reajustes salariais.

Com efeito, segundo Prisco Viana, os parlamentares — entre eles se encontrava a presidenta do PTB, Ivete Vargas — procuraram fazer ver ao ministro que a simples liberação não resolveria o problema porque os trabalhadores ficariam desprotegidos. Seria necessário rever a lei de greve, o que implicaria a consideração de problemas ligados à segurança nacional. Conforme José Lins, a questão foi levantada pelos parlamentares e não pelo ministro. E, segundo o seu relato, não se deu grande importância à questão da segurança nacional durante o debate da negociação direta. "Falou-se sobre o aumento ou diminuição do número de greves, não com medo, mas para argumentar em favor do fortalecimento dos sindicatos e da maior responsabilidade das partes."